

Impugnação ao Edital – Exigência Indevida de Alvará Sanitário (Lotes 1 e 2)

À

**FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE ITABUNA – FASI**

**Pregão Eletrônico SRP nº 066/2025**

**Assunto:** Impugnação ao Edital – Exigência Indevida de Alvará Sanitário (Lotes 1 e 2)

A empresa SCAN LIFE COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 46 022 479/0001-68, interessada em participar do Pregão Eletrônico SRP nº 066/2025, vem, respeitosamente, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, especificamente quanto à **exigência de Alvará/Licença Sanitária aplicada aos Lotes 1 e 2**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

---

### **1. DO OBJETO DA IMPUGNAÇÃO**

A presente impugnação limita-se **exclusivamente aos Lotes 1 e 2**, os quais são compostos **unicamente por itens de enxoval hospitalar**, tais como artigos têxteis de cama, mesa e banho.

O edital exige, como condição de habilitação, a apresentação de **Alvará ou Licença Sanitária**, estendendo tal exigência aos referidos lotes.

---

### **2. DA NATUREZA DOS ITENS DOS LOTES 1 E 2**

Os produtos que compõem os Lotes 1 e 2 possuem natureza de **bens comuns**, consistindo em **artigos têxteis (enxoval)**, os quais:

- não se enquadram como medicamentos, produtos para saúde, saneantes, cosméticos ou produtos de higiene;
- não estão sujeitos a registro, notificação ou controle sanitário pela Anvisa;
- não se encontram abrangidos pela Lei nº 6.360/1976.

Assim, **não se trata de produtos sujeitos à vigilância sanitária**, ainda que destinados a ambiente hospitalar.

---

### **3. DA ATIVIDADE EXERCIDA PELA LICITANTE**

A impugnante atua **exclusivamente como comerciante/distribuidora de artigos de enxoval**, não exercendo qualquer atividade de:

- fabricação;
- manipulação;
- esterilização;
- fracionamento;
- importação;
- armazenamento especial de produtos sujeitos à vigilância sanitária.

A legislação sanitária é clara ao vincular a exigência de Alvará ou Licença Sanitária à **atividade efetivamente exercida pela empresa**, e não ao simples destino ou local de utilização do produto.

Não há, portanto, **nexo técnico ou legal** entre a atividade da licitante e a exigência sanitária imposta.

---

#### 4. DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO LEGAL PARA A EXIGÊNCIA

A exigência de Alvará Sanitário, tal como prevista no edital para os Lotes 1 e 2:

- não decorre da natureza dos produtos licitados;
- não decorre da atividade exercida pela licitante;
- não está acompanhada de justificativa técnica específica no edital ou no Termo de Referência.

Trata-se, portanto, de **exigência desproporcional e genérica**, que extrapola os limites legais das exigências de habilitação, em afronta ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

---

#### 5. DO IMPACTO NA COMPETITIVIDADE

A manutenção da exigência de Alvará Sanitário para os Lotes 1 e 2:

- restringe indevidamente a participação de empresas plenamente aptas ao fornecimento do objeto;
- reduz o universo de licitantes;
- compromete a competitividade do certame;
- afasta potenciais propostas mais vantajosas para a Administração.

Tal efeito contraria os princípios da **isonomia, competitividade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa**, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

---

## 6. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

a) **a supressão da exigência de Alvará/Licença Sanitária para os Lotes 1 e 2**, por inexistir amparo legal e técnico para sua aplicação;

ou, subsidiariamente,

b) **a limitação da exigência sanitária apenas a atividades ou itens que efetivamente estejam sujeitos à vigilância sanitária**, o que não se verifica nos Lotes 1 e 2.

---

## 7. CONCLUSÃO

A presente impugnação não presume ilegalidade na atuação administrativa, mas visa **apontar tecnicamente a ausência de nexo legal e proporcionalidade da exigência**, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento do certame e a ampliação da competitividade.

Termos em que,

Pede deferimento.

SÃO PAULO, 05 DE FEVEREIRO DE 2026

---

Amanda Menezes Sá Teles  
Analista de Licitação  
Scan Life Comercial Ltda